

	Autor(a)	Proposta
1	<p>Laurita Salles CPM Pinheiros</p>	<p>Reapresenta contribuição já colocada em outras reuniões sobre a necessidade de regulamentação do artigo 77 do Plano Diretor Estratégico vigente - PDE, que permite a modificação de classificação quando houver interesse ambiental ou urbanístico.</p> <p>Fala também sobre a lei de vilas, mas admite que o assunto não seja regido pelo PDE e sim pela Lei de Uso e Ocupação do Solo - LPUOS.</p> <p>Solicita a criação de uma nova zona para se proteger vilas e a áreas de interesse urbanístico fora das atuais zonas demarcadas. Por fim faz crítica às respostas dadas as contribuições que enviadas durante a Etapa 2 e que elas são incoerentes e contraditórios em suas avaliações, apontando ajustes à LPUOS quanto às áreas industriais.</p>
2	<p>Graziely Spessato de Carvalho CPM Sapopemba</p>	<p>Elogia a primeira etapa do processo, diz ter participado da oficina de Sapopemba e ter gostado da experiência. Revela também ter contribuído durante a Etapa 2, interessou-se principalmente pela pauta da democracia e ter feito contribuições sobre o assunto.</p> <p>Critica as Subprefeituras por não escutarem as demandas da população local, se diz indignada com a forma que está sendo tratada nas Subprefeituras e como está sendo vedado o seu direito de fala. Lamenta a baixa participação da população paulista nas agendas participativas em geral. Solicita que os Subprefeitos tenham mais empatia e abram as portas para receber as solicitações e demandas da população.</p> <p>Acredita que a educação precisa ser abordada no PDE, pois é um assunto multidisciplinar, e por fim pede que para o texto seja redigido em uma linguagem mais acessível e inclusiva, pois dentre os conselheiros, há pessoas com vários níveis de formação e por mais que o texto traga muitos assuntos interessantes há muita coisa que não dá para compreender.</p>
3	<p>Denise Delfim CPM Vila Mariana</p>	<p>Fala que ocorre um sério problema em sua região, Vila Mariana, com vários licenciamentos de empreendimentos nos Eixos de Estruturação da Transformação da Urbanização - EETU, mas também em áreas de várzeas, às margens do Córrego do Sapateiro, permitindo a implantação de até dois subsolos. Aponta que desde o início das obras o local está alagando cada vez mais e acredita que o licenciamento é liberado sem o devido estudo de impacto ambiental. Por fim pontua que é necessário ver bairro a bairro, porém acredita não adiantar falar sobre os planos de bairro nesse momento, uma vez que as mudanças nos territórios e impactos negativos já estão em andamento.</p>

4	Décio Sunagawa CPM Sé	<p>Fala sobre a falta da gestão democrática na concessão e privatização dos espaços e equipamentos públicos exemplifica citando o Vale do Anhangabaú, que teve como diretriz a reocupação do espaço pela população com acessibilidade a todos os públicos, quiosques alimentícios e banheiros.</p> <p>Reconhece que o piso de concreto é mais adequado à proposta atual, mas pontua que atraiu skatistas que tomaram posse de parte do Vale impossibilitando o uso do mesmo por outros públicos. Informa que até o momento não presenciou os quiosques e banheiros em funcionamento, exceto em dias de shows, e questiona sobre a existência de um estudo estratégico para atrair a população e outro estudo de viabilidade econômica dos quiosques no intuito de reverter o quadro atual e tornar reais seus objetivos iniciais.</p> <p>Acrescenta que houve um alto investimento para a instalação de um sistema de águas dançantes - fontes, mesmo contra a opinião popular e em meio a um cenário de escassez hídrica, e até o momento só foi utilizada uma única vez, no dia do aniversário da cidade desde que inaugurado o novo Vale do Anhangabaú. Questiona sobre a existência de determinação contratual sobre quantas vezes é necessário que se utilize as fontes. Critica o uso do espaço público para shows privados que causa o fechamento do seu arredor por vários dias, prejudicando a visibilidade e restringindo a usabilidade das pessoas, inclusive prejudicando o turismo no local.</p> <p>Questiona sobre o cumprimento das exigências ao departamento do Patrimônio Histórico - DPH para intervenções, já que o Vale do Anhangabaú se trata de um bem tombado. Pontua também a falta de eventos públicos em relação aos eventos particulares em seguida fala sobre a falta de manutenção e conservação das galerias subterrâneas e do entorno do vale Anhangabaú, cita também os barulhos em dias de evento que incomodam os moradores da região.</p> <p>Por fim questiona sobre a validade dessa concessão e a fiscalização sobre o cumprimento dos tópicos exigidos em contrato.</p>
---	---------------------------------	--

5	Ítalo Leonel CPM Mooca	<p>Inicia com um questionamento sobre o artigo 15 da minuta proposta sobre as vagas de garagem e que, apesar de não ter nada contra o texto, sua preocupação está na procedência das construtoras fazerem habitações com menos de 35m². Acredita ser impróprio para uma família residir, entendendo até mesmo se desumano. Cita que as diretrizes da lei atual do Plano Diretor Estratégico - PDE são benéficas para as construtoras que conseguem fazer cada vez alteração da finalidade das Zonas Especiais de Ocupação Especial - ZEIS e lucrar mais.</p> <p>Fala sobre a mobilidade e como é necessário trazer a população para mais perto dos meios de transportes. Cita a necessidade da ampliação da rede para que alcancem mais pessoas, que a Prefeitura deve intervir nas ampliações do metrô porque é isso se dá dentro do nosso território, e que a melhoria dos transportes públicos é um desejo de todos.</p> <p>Aponta que, caso continue a permissividade de construção dessas unidades menores que 35m² essas pessoas - que moram nesses apartamentos sem vaga de garagem, irão estacionar seus veículos nas ruas com seus veículos causando um transtorno aos moradores locais. Acredita que é nesse aspecto que precisa ser revisto, com a exigência de que toda a construção habitacional tenha no mínimo 35m² e que tenha uma vaga de garagem.</p>
---	----------------------------------	--

6	Fabio Benini Cabral CPM Sé	<p>Inicia lembrando que já teve a oportunidade de conversar, compreender e pontuar sobre a minuta e discorre sobre o artigo 31 inciso II que trata sobre a diferenciação entre Plano de Intervenção Urbana de Ordenamento e Reestruturação Territorial - PIU Ordenamento; e Plano de Intervenção de Zonas de Ocupação Especial - PIU de ZOE. Cita ter conhecimento de que o Projeto de Intervenção Urbana - PIU se trata de sessão de uso e ocupação de solo, mas que a partir da observação sobre os vários PIU que já acontecem na cidade - como PIU Anhembi, PIU Minhocão, PIU Terminal Princesa Isabel, PIU Pacaembu, que também tratam de transformações urbanísticas e não somente uma gestão administrativa.</p> <p>Cita a concessão do Vale do Anhangabaú como exemplo da gestão administrativa citada, e aponta os diversos problemas que a população se depara durante a explanação feita anteriormente pelo Sr. Décio Suganawa, e cita o PIU Pacaembu, onde apontava as deficiências dessa concessão e a transformação urbanística que ocorre afetando também à transformação ambiental e social do território. Acredita que não ser correto diferenciar PIU de ZOE dos PIU de Ordenamento e ter tratamento diferente entre eles. Dá como exemplo o PIU de Ordenamento, que de certa forma há uso do solo e transformação urbanística assim como em outros PIU de ZOE, ambos tem assegurada a participação social durante sua elaboração, mas a gestão democrática não é assegurada durante o período de concessão. Acredita que há diversos problemas acerca do tema, mas adia sua fala para uma reunião posterior onde falará pela Associação. Acrescenta que a mudança da nomenclatura do PIU de "projeto" para "plano" deverá gerar grande confusão acerca da abrangência do projeto que inicialmente foi desenvolvido para tratar de pequenos territórios e com essa mudança parece se tornar algo maior como um "plano diretor" para regiões da cidade, exemplifica citando o PIU Setor Central que engloba quase todo o centro. Novamente cita que esse assunto será apresentado em mais detalhes posteriormente. Entende ser problemático o artigo 34, que acrescenta o artigo 136-A onde não há previsão de gestão democrática em PIU de ZOE.</p> <p>Em seguida lê o trecho constante no artigo 144, subseção III, onde é definida a garantia da gestão democrática na implementação do PIU. Projeta um cenário perigoso para a revisão integral do Plano Diretor Estratégico - PDE em 2029, onde poderá proliferar ideia de transferir o poder legislativo para o executivo, o que poderá ocasionar a ausência de amplo debate e audiências públicas como ocorre no legislativo.</p>
---	--------------------------------------	---

6	Fabio Benini Cabral CPM Sé	<p>Conclui sua fala relembrando que o Sistema de Gestão Democrática do Sistema Municipal Urbano ela é amplamente qualificada no PDE que descreve sobre fortalecer uma gestão urbana integrada descentralizada e participativa e também que a gestão democrática é garantia da participação dos representantes dos diferentes segmentos da população, diretamente por meio de associações representativas nos processos planejamento e gestão da cidade, de realização de investimentos públicos, traduz que isso demonstra que a participação não se limita a elaboração, implementação e avaliação dos projetos de desenvolvimento urbano.</p> <p>Solicita que fique definido em Lei, o órgão responsável pela implementação desses conselhos gestores e suas atribuições, pontua que aparece na minuta repetidas vezes a palavra “poderá” e que a mesma deveria ser substituída por “deverá” e que seja discriminado detalhadamente quem serão os responsáveis e quais serão as atribuições dos conselhos gestores sugeridos.</p>
7	Gil Santos CPM Mooca	<p>Inicia sua fala se autodeclarando um homem trans e faz sua fala em prol da população LGBTQIA+.</p> <p>Levanta um questionamento sobre a existência de diretrizes no Plano Diretor Estratégico - PDE voltadas a população LGBTQIA+, e se não houver, sugere a inclusão de algo que beneficie e olhe com objetividade essa população, em especial ao grupo dos Transexuais, que segundo ele, são as mais vulneráveis, declara que essa população está em desamparo até mesmo pelos movimentos de moradia, que não trata as demandas dessa população como prioridade, que tendem a visar somente os formatos “tradicionais” de família.</p> <p>Pede que haja previsão de moradia popular para a população LGBTQIA + que englobe todas as faixas salariais, pois acredita ser necessário que seja incluso, onde puder e couberem, para que possam ser de fato inclusas nesses projetos, para que consigam uma moradia e vida digna. Acrescenta que a falta dessa pauta na criação do PDE foi um erro e que esse é o momento de arrumar isso para que de fato tenham espaço para participar das pautas habitacionais dentro dos conselhos e dos movimentos. Por fim ressalta que a população LGBTQIA+ necessita e deseja a moradia digna própria, que não desejam centros de acolhimento, mas ter a oportunidade de custear, dentro das suas condições, e conquistar sua casa própria.</p>

8	Eduardo José CPM Guaianases	<p>Declara ter sido eleito para representar os imigrantes e diz estar honrado pela oportunidade de discutir as questões da cidade. Questiona sobre quais são os planos que a prefeitura tem para os imigrantes e se há pautas específicas sobre os imigrantes dentro do Plano Diretor Estratégico - PDE. Expõe que essa população enfrenta muitos problemas, dentre eles o Centro de Atendimento aos Imigrantes, que possui somente uma unidade - no Bairro Bela Vista, para atender todos os imigrantes da cidade.</p> <p>Aponta que a maior concentração de imigrantes está na Zona Leste, e que sente falta de uma unidade de apoio aos imigrantes. Fala sobre a dificuldade em obter informações pela falta de instituições de apoio aos imigrantes. Além dessa questão cita que há uma enorme quantidade de imigrantes que se naturalizam e concorrem a cargos públicos, pois as pautas imigratórias que eles apresentam não tem visibilidade. Dessa forma, pede para que os imigrantes possam participar dos processos eleitorais, mesmo que somente municipais, para que possam apoiar os seus representantes. Há falta de visibilidade/regulamentação eleitoral que limitam algumas ações dos imigrantes como desenvolver parcerias, de inserção no mercado de trabalho. Declara que precisam de oportunidades para ajudar a construir a cidade de São Paulo.</p>
9	André Manoel CPM Sapopemba	<p>Traz a questão sobre os aspectos de falta de ordenamento de áreas verdes localizadas em áreas urbanas em relação a sua proteção, finalidade, conservação e recuperação ambiental baseado em ações prioritárias em áreas protegidas.</p> <p>Cita como exemplo uma área verde vizinha ao futuro Parque Fazenda da Juta, localizada em Sapopemba, que está fora da área de zoneamento de proteção arbórea e relata que essa área está sofrendo uma ocupação irregular, resultado da falta de Habitações de Interesse Social - HIS na região. Declara que Sapopemba tem um dos menores índices de cobertura vegetal, e acredita que isso se faz por conta de muitas moradias irregulares em áreas de córregos, taludes e em ocupações irregulares em matas remanescentes que são locais impróprios para moradia. Declara que esse avanço das ocupações em áreas verdes é um grande problema da região junto com os empreendimentos que são construídos, ou projetos futuros, nos Eixos de Sapopemba. Pontua que os empreendimentos não estão seguindo as diretrizes do Plano Diretor Estratégico - PDE, de modo que não traz equilíbrio entre moradia e trabalho, ou seja, construções mistas. Agradece a oportunidade de fala e diz sentir a falta de participação dos munícipes, acredita que pela leitura ser densa e ressalta que a questão democrática precisa ser observada com atenção.</p>

10	<p>Luís Castro CURA</p>	<p>Parabeniza os esforços para o desenvolvimento do trabalho, acredita que essa discussão deve ocorrer de uma forma humanista e com conhecimento urbanista acima de qualquer interesse político. Por conta disso, acredita que o Projeto de Lei deveria, em sua raiz, ser votado para excluir a participação do legislativo no desenvolvimento do Plano Diretor Estratégico - PDE. Fala que a defasagem do PDE já supera três mandatos de vereadores, sendo que a maioria não tinha nenhum conhecimento sobre do que trata essa lei. Entende que o setor técnico e a população criariam o PDE conjuntamente, de forma mais efetiva. Aponta também que o Plano de Bairro é o melhor projeto de lei que poderia ser feito para atender <i>in loco</i> a real necessidade.</p> <p>Por fim abre alguns questionamentos, sobre qual seria o limite de adensamento já que a qualidade de vida é superada pelo adensamento imobiliário. Pergunta também se a PL prevê a suspensão dos terrenos onde há a possibilidade de incorporação e por último questiona quem irá fiscalizar os estúdios residenciais e não residenciais já que são passíveis de impostos diferentes.</p>
11	<p>Priscila Marrone CPM Campo Limpo</p>	<p>É moradora da região e diz sofrer todos os anos com os alagamentos nas épocas de chuvas. Cita pedidos da população local à prefeitura para solução do problema, por outro lado muitas pessoas não compreendem o quanto é prejudicial o descarte de lixo em áreas de córregos, a ocupação irregular em área de preservação ambiental, que potencializa os problemas. Pede mobilização do seu próprio Conselho Participativo para diálogo com a Prefeitura e pedir ao Secretário de habitação que determine quais áreas poderão ser ocupadas que não impactem as áreas de preservação, que já sofrem muito atualmente. Relata que no período de muitas queimadas na Amazônia sua região esteve povoada de tucanos, com isso acredita que não só a Amazônia precisa ser preservada, mas toda nossa área de vegetação. Aponta o quanto a causa habitacional é importante, que sua região precisa de cerca de habitações para 10 mil famílias, e que a proteção do meio ambiente está interligada à Habitação de Interesse Social - HIS, já que as ocupações estão localizadas em áreas de preservação ambiental e essas pessoas precisam saber para onde podem ir e que esse trabalho precisa ser feito concomitantemente. Entende que, caso não haver verba para a construção das casas, que sejam destinados terrenos para essas famílias se instalarem sem correrem o risco de serem desalojadas novamente, podendo estabelecer sua moradia digna. Reitera a fala do Conselheiro André Manoel, que falta zeladoria e a devida aplicação de lei para que todos tenham infraestrutura, lazer, moradia e emprego.</p>

12	Graciela Guillin Munícipe	<p>Declara estar muito feliz em estar presente, atua no campo das organizações da sociedade civil em defesa dos direitos e é militante também no movimento de luta por moradia e faz um questionamento sobre a cota de solidariedade juntamente com uma defesa do direito a moradia. Sabe que o objetivo da Cota de Solidariedade - CS é destinar moradia digna a quem precisa e com isso todos os empreendimentos que estiverem em área com obrigação ao atendimento da CS, deveriam destinar parte de sua área computável para a produção de Habitação de Interesse Social - HIS, porém existem algumas alternativas à essa regra, sendo a mais utilizada, doação de recursos ao Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDURB.</p> <p>Cita um estudo da Universidade Federal do ABC, que fez uma avaliação - em 2019, da aplicação desse instrumento e constatou que somente cinco empreendimentos estavam obrigados ao atendimento da Cota de Solidariedade e todos eles optaram pelo depósito de recursos no FUNDURB. Aponta ainda que, quatro desses empreendimentos, construíram em áreas da cidade e conseguiram o Coeficiente de Aproveitamento máximo - CA máx. Garantindo assim grande soma de lucro imobiliário. Com isso, o estudo chegou à conclusão que o instrumento Cota de Solidariedade não conseguiu atingir seu objetivo de realizar HIS e direcionar à população mais vulnerável que necessita de moradia digna.</p> <p>Por outro lado quem mais se beneficiou foi o setor imobiliário que com o benefício do aumentou o seu CA máx. sua produção de habitações foi muito maior do que a possível produção de HIS. Nota que irá aumentar a porcentagem de destinação de HIS - de 10% para 50%, mas questiona, caso os empreendimentos continuarem a optar pela doação financeira ao FUNDURB, o que irá acontecer com esse recurso e com as HIS previstas.</p> <p>Por fim agradece o espaço de fala, os servidores presentes e em especial os Conselheiros que ali estão em busca de uma São Paulo melhor.</p>
----	-------------------------------------	---

13	Durval Tabach CPM Vila Mariana	<p>Fala sobre duas questões fundamentais, primeiramente o excesso de lançamento de empreendimentos nas Zonas Eixo de Estruturação da Transformação Urbana - ZEU, nos corredores de transportes, e há preocupação que esse excesso possa ocasionar a escassez da infraestrutura, seja ela viária, hídrica ou elétrica. Cita que a impermeabilização do solo agrava os problemas de enchentes e outras questões ambientais, como o rebaixamento dos lençóis freáticos, tornando a cidade muito árida e pouco amigável para os seus habitantes. Pede para que a equipe técnica apontar algo na revisão do Plano Diretor Estratégico - PDE que vise à preocupação sobre essas questões.</p> <p>Em seguida fala sobre o instrumento de Parcelamento, Edificação e Utilização compulsório - PEUC, sobre os prédios que não cumprem sua função social, lembrando-se dos prédios abandonados no centro que poderiam ser redirecionados a moradia de interesse social. Não se tem notado a movimentação para a aplicação desse instrumento e questiona se há algo previsto nessa revisão para fazer que esse instrumento funcione efetivamente.</p>
14	Wanda Herreiro CPM Mooca	<p>Questiona sobre o desenvolvimento social e o sistema de equipamentos urbanos e sociais que se trata o Capítulo VIII do Plano Diretor Estratégico - PDE. Em sua Seção II - Das Ações no Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais, há em seu inciso IV, a elaboração do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional e, inciso XXV expandir a rede de Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional - CR-SANS.</p> <p>Preocupa-se, pois anteriormente havia um sistema de segurança alimentar nutricional no posto avançado da Vila Maria, porém foi encerrado. Indica a importância de sua ativação e que haja ampliação do programa, uma vez que esse projeto fornecia oficinas e capacitação para moradores em situação de rua, dando autonomia para que não dependessem somente das doações de marmitas, levando conforto e segurança a essa população. Acreditava que o plano iria ser desenvolvido, mas não se viu continuidade. Ressalta a importância de realizar o plano de segurança alimentar e da necessidade de expandir a rede de desses Centros de Referência. Diz que apoia qualquer tipo de plano desde que o Governo apresente resultados.</p>

15	<p>Santos Teodoro Sillu Quispe CPM São Mateus</p>	<p>Reitera as falas do Conselheiro Eduardo José, de Guaianases. Aponta que em São Mateus há muitos terrenos ocupados por muitos imigrantes, e questiona sobre a previsão de regulamentação dessas moradias, já que houve o processo de compra desses lotes.</p> <p>Acredita que deveria haver fiscalização que impedisse a construção em áreas verdes e impróprias, para evitar a desapropriação futura. Diz ser a primeira vez que participa de um processo participativo e que ainda está aprendendo sobre as leis nacionais. Fala que a população da Zona Leste, principalmente os imigrantes, sente-se invisível e pede que haja mais respeito em relação à saúde e à segurança, pois cita que muitos profissionais faltam com respeito frente às suas dificuldades linguísticas e os ridiculariza. Acredita que isso não pode acontecer, pois são trabalhadores e contribuintes de impostos assim como os demais brasileiros. Fala que está aprendendo a para defender seus iguais, que amam o Brasil por isso estão aqui que seus filhos são brasileiros.</p> <p>Questiona sobre quais ações a Prefeitura atua em relação aos imigrantes. Cita sobre o abuso policial, porém não sabe dizer se são realmente policiais ou pessoas disfarçadas, que realizam revistas ilegais em suas casas e fazem cobrança de valores exorbitantes indevidamente. Informa que, por medo, os imigrantes acabam cedendo às chantagens e pagando o que lhes são cobrados por estarem em situação irregular. Por fim retoma a fala do seu colega e diz que deseja ter o direito ao voto. Pede que a Prefeitura oriente sobre como alcançar esse direito, pois querem participar dos processos eleitorais.</p>
16	<p>Angeli Franco Nobre CPM Capela do Socorro</p>	<p>Fala sobre como o plano Diretor Estratégico – PDE é requisitado e esperado pela população. Conta que na sua região - Capela do Socorro, que as pessoas sofrem com moradias inadequadas, falta saneamento básico, vivem expostas a condições sanitárias precárias ocasionando a degradação da qualidade de vida. Acredita que a moradia digna está vinculada à saúde, e que a ausência disso é um sofrimento geral. Cita haver crianças que brincam sobre vazamento de fossas de esgoto e que a saúde dessas pessoas está prejudicada. Fala que além do saneamento básico falta infraestrutura no local. Questiona sobre como os Planos de Bairro irão beneficiar essas famílias e essa região, que engloba a Capela do Socorro, Grajaú e Parelheiros que, de acordo com o Zoneamento são áreas de Zona Especial de Proteção Ambiental – ZEPAM, além de fazerem parte da região da Represa Billings. Acredita que esses bairros não estão contemplados dentro dessa revisão do PDE, que acompanha desde 2021. Fala que há descaso com essa população que está em uma região não se vê beneficiada pelas diretrizes do PDE, que estão em uma área de ZEPAM e APA que limita a urbanização e pavimentação e endossa seu questionamento sobre como irá ocorrer o Plano de bairro dessas regiões.</p>

17	Gilberto Macedo CPM Vila Prudente	<p>Reitera a fala do Conselheiro Luís Castro sobre o Poder Legislativo. Entende que deve participar do Plano Diretor Estratégico - PDE, pois acredita que o Legislativo não está cumprindo com seu papel de legislar e fiscalizar a Prefeitura.</p> <p>Aponta que a Prefeitura não conseguiu acompanhar a alta construção imobiliária da Zona Leste, conta que há um empreendimento com quase 500 unidades de 27m² / unidade, que os casos de enchentes são recorrentes e infelizmente uma pessoa perdeu a vida numa dessas enchentes recentemente, não vendo ação do Poder Público nessas regiões.</p> <p>Fala que a Subprefeitura é omissa frente às demandas da região e que, desde 2015, participa dos Conselhos Participativos e não viu nenhum instrumento do PDE funcionar de fato.</p>
18	Fabio Benini Cabral CPM Sé	<p>Inicia registrando, conforme foi citado por uma colega sobre o Plano de Bairro, que no art. 347 do Plano Diretor Estratégico - PDE, Título IV, Capítulo V, Seção III - que trata das regras da elaboração dos Planos de Bairro no Sistema de Planejamento. Cita que o texto é tímido e não há definição clara de quem deva realizar o Plano de Bairro, não determina ou indica quem é responsável do Poder Público para programação da produção dos Planos de Bairro em cada Subprefeitura.</p> <p>Sugere reformulação no artigo, onde o texto determine claramente quais são os papéis do Poder Público e da Sociedade Civil desde sua atribuição, elaboração, implementação, orientação, monitoramento e viabilização dos Planos de Bairros, de forma que possa estruturar a Supervisão e Núcleos de Planejamento Urbano das Subprefeituras juntamente com os Conselhos Participativos, além de garantir a participação social em todas as etapas do processo de criação dos Planos de Bairro.</p>